

Quando os burocratas tentam manipular o mercado, os resultados são em geral desastrosos. Seria melhor, afirma um conhecido banqueiro norte-americano, que se permitisse a livre manifestação dos talentos inovadores do homem

Deve o governo intervir na economia?

WALTER B. WRISTON, *Presidente da Citicorp*

SEJA quem for que viva numa sociedade e possa ainda manter olhos e ouvidos abertos estará possivelmente pensando que a vida atual caminha para o fim. Além disso, a crise de energia não melhorou as coisas nem um pouco.

A tendência dos meios de informação em transformar qualquer fragmento de má notícia numa verdadeira crise faz com que nossa perspectiva não raro se distorça, pois os profetas do caos não conseguem vislumbrar a capacidade inerente ao homem de adaptar-se aos acontecimentos e inovar-se a si mesmo.

O economista inglês Thomas Malthus, por exemplo, predisse em 1798 que um desequilíbrio entre o crescimento da população e a produção de alimentos conduziria o mundo à beira da fome. Os anunciadores do fim chamaram-na a lei de ferro. Mas como o

tempo veio provar, não era ferro, nem era lei. Como a maioria dos transitórios sábios das fornadas atuais, Malthus subestimou a inteligência de todos com exceção da sua; foi incapaz de imaginar que a Revolução Industrial pudesse produzir ceifeiras, debulhadoras, máquinas agrícolas e tratores. Não previu a era da energia abundante, nem idealizou o aparecimento dos produtos químicos e fertilizantes capazes de criar tal abundância, e nunca sonhou que os governos menos avisados iriam pagar aos fazendeiros para *não* cultivarem o solo.

A segunda razão pela qual os profetas do Apocalipse quase nunca acertam com o que virá a acontecer é que eles se baseiam na existência de valores absolutos num mundo rapidamente em mutação como o nosso. Os exemplos abundam. Em 1929, nos Estados Unidos, uma comissão ante-

CONDENSADO DE UM DISCURSO PRONUNCIADO NO ECONOMIC CLUB DE DETROIT, A 20 DE FEVEREIRO DE 1974.

riormente designada pelo Presidente Herbert Hoover encaminhou a Franklin D. Roosevelt um planejamento para a economia norte-americana até o ano de 1952. O relatório compreendia 13 volumes, e fora elaborado por cerca de 500 pesquisadores.

Contudo, os dois volumes do sumário, que totalizavam 1.600 páginas, não continham uma única palavra sobre o advento da energia atômica, da propulsão a jato, dos antibióticos, dos transistores e outras conquistas de alta significação. A Feira Mundial de 1939, dedicada ao Mundo de Amanhã, não considerou o impacto dessas conquistas no futuro. Aqueles que mais se aproximaram do real na predição do amanhã foram exatamente os escritores de ficção científica, que não tinham o apoio de minuciosas pesquisas ou de prestigiosos comitês, mas eram dotados de coragem suficiente para sonhar.

Os nossos malthusianos de última hora parecem se esquecer do fato de que o homem, desde que tenha o incentivo próprio e a liberdade de agir, vem continuamente encontrando substitutos para os materiais em escassez. Foi exatamente a escassez de borracha natural durante a Segunda Guerra Mundial que estimulou a engenhosidade tecnológica a criar a borracha sintética, hoje mais amplamente usada do que o produto natural. O carvão não era sequer considerado uma fonte de energia antes da Idade do Vapor, assim como o urânio não era tão valorizado antes da Idade Atômica. Essas experiências de ontem são relevantes, hoje em dia. Não estou afirmando

que a história se repete, mas apenas lembrando que a história humana não começou com a crise atual.

A energia não é exceção. Nos Estados Unidos, por exemplo, da época da Revolução Americana (1775) até a Guerra Civil (1865), a lâmpada de óleo de baleia era uma das principais fontes de iluminação artificial. A Guerra Civil desmantelou a produção de óleo de baleia, e o preço subiu para mais de dois dólares o galão, quase o dobro do que era em 1859. Naturalmente, houve grita contra a exploração e pedidos ao Congresso para que «se fizesse alguma coisa». O governo, no entanto, não tomou nenhuma medida no sentido de racionar o óleo de baleia ou de congelar o preço, ou mesmo de estabelecer uma nova taxa sobre os «lucros excessivos» dos açambarcadores. Em vez disso, deixou que os preços subissem livremente.

O resultado, então como agora, era previsível. Os consumidores começaram a usar menos óleo de baleia, e os produtores passaram a investir mais dinheiro em novas formas para aumentar sua produtividade. Enquanto isso, os homens de visão e capital começaram a utilizar o querosene e outros produtos petrolíferos. O primeiro gerador prático de eletricidade para consumo comunitário foi construído em 1875. Por volta de 1896, o preço do óleo de baleia tinha caído para 40 centavos de dólar o galão, e hoje as lâmpadas de óleo de baleia figuram nos museus talvez para lembrar-nos da transitoriedade da crise.

A «crise de energia» do óleo de baleia é apenas um exemplo na série infinita de demonstrações da capacidade que tem o mercado livre em resolver os problemas de escassez. A falta de produtos, ontem como hoje, pode ser eliminada quando os preços ficam livres para exercer sua função milenar, ou seja, motivar o consumidor para consumir menos e o produtor para produzir mais, e incitar alguém a descobrir um novo produto que seja melhor e mais barato. A escassez se transforma em crise quando o governo intervém para frustrar a capacidade do livre funcionamento do mercado.

Substituir as exigências do mercado ou regulamentação burocrática têm servido sempre, em primeiro lugar, para produzir uma escassez e, em seguida, poder intensificá-la. Onde quer que o sistema pareça falhar, por não conseguir suprir a costumeira abundância relativa a baixo preço, aqueles que não acreditam na liberdade aparecem logo com a explicação clara: o governo deve intervir.

Paradoxalmente, a maioria daqueles que apelam para o governo a fim de remediar os males econômicos numa sociedade livre querem também que o governo não se intrometa em sua vida pessoal. Mas não podem ter as duas coisas; não podem pedir que o governo intervenha cada vez mais num mercado que por definição deve ser livre, e, ao mesmo tempo, exigir cada vez mais liberdade para eles próprios na condição de indivíduos. Nenhum povo conseguiu preservar sua liberdade política por muito

tempo numa ditadura econômica. Quase sempre, aprendemos tarde demais que a liberdade é indivisível.

Embora o sistema norte-americano seja descrito como uma economia de livre empresa, o governo dos Estados Unidos regulamenta hoje em dia um número de práticas comerciais maior do que a maioria das nações democráticas. Vejamos, por exemplo: os aparelhos que produzem calor, luz e força, as ferrovias (o que sobrou delas), companhias de transporte rodoviário, companhias aéreas, estações de rádio, laboratórios, lavandarias, fábricas de automóveis, distribuidores de carne, produção de filmes, atividades agropecuárias, investimentos, bancos e uma infinidade de outras empresas. A maioria dessas indústrias são altamente competitivas, mas o governo decretou que elas devem servir a outros objetivos além de venderem seu produto a um preço mais baixo.

A regulamentação governamental é sempre instada para servir o interesse público. Mais cedo ou mais tarde, entretanto, ela acaba se tornando o juiz e o júri, e não raro ainda englobando o papel de promotor. A Câmara é que deve legislar. Ao Executivo cabe a aplicação da lei. Os tribunais de justiça têm a missão de interpretar e solucionar os conflitos legislativos. Em vez disso, no caso especial dos Estados Unidos, o Congresso faz tudo para passar por cima dos outros poderes e criar instituições de exceção que englobam as funções do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. O novo órgão regulador

começa então a impor ditames com força de lei, substituindo assim pela sua opinião as tendências naturais do mercado. À medida que o tempo passa, a burocracia acaba fundindo o verbo ativo «competir» com o passivo «ser regulamentado». Esse processo tende a criar um sistema rígido e retrógrado, que não se orienta nem a favor do comércio nem em benefício do consumidor.

Mas há muitas maneiras de se enfrentar o atual problema da energia. Pode-se criar um novo sistema regulador para o gás e os combustíveis de petróleo, com o resultado absolu-

tamente previsível de que as atuais defasagens do mercado se tornarão institucionalizadas e que a escassez temporária será regulada por faltas permanentes.

Ou pode-se permitir que entre em funcionamento a capacidade inovadora do povo. O atual problema energético será resolvido de mil e uma formas diferentes até agora não previstas — basta que deixemos o mercado operar livremente. Seja de que espécie for, o controle burocrático não é adversário para o mercado livre na alocação de recursos humanos e materiais para o bem de todos.



ENTREOUVIDO numa fila do supermercado: «Devo ser o único pai do mundo que precisa perguntar aos garotos como se abre uma dessas malditas novas garrafas à prova de crianças!» — B. T.

A SENHORA convencida diz para o jovem, à entrada de um coquetel: «Durante a festa, Jerry, trate-me por Sally, não por vovó.» — W. H.

UM HOMEM que havia deixado recentemente de fumar e beber disse: «Nunca me senti melhor ou pior em toda a minha vida.» — E. W.

UMA MULHER cuja mãe fora pintora tinha agora uma filha que também começara a pintar. Quando lhe perguntaram se ela própria não possuía algum talento, respondeu: «Oh, eu não. Sou apenas intermediária.» — S. H.

O MARIDO, pagando as dívidas, diz à esposa: «Meu problema é que, se eu tenho dinheiro, gasto-o. O seu é que, se você não o tem, também o gasta!» — G. C.

A MULHER confia a uma amiga: «O psiquiatra me disse para partilhar dos *hobbies* de meu marido, mas, sinceramente, não acho muita graça em ficar espiando garotas de biquíni através de um telescópio!» — E. R.